

MUSEU MAGÜTA

o prógono museu indígena brasileiro e o patrimônio cultural indígena

Thaís Lima Trindade¹

Universidade de Brasília
thais.lmtrindade@gmail.com

Joaquina Maria Batista de Oliveira²

Universidade Federal do Amazonas
joaquina1401@gmail.com

Resumo

A atual construção de processos museais próprios dos povos indígenas ganha espaço frente aos discursos colonialistas impregnados durante muito tempo nos museus etnográficos. Apresenta-se uma revisão de literatura, combinada a análise de outras fontes sobre museus etnográficos, povos indígenas e patrimônio cultural indígena brasileiro. Atualmente os museus indígenas buscam a aproximação e a participação dos indígenas, além do surgimento dos museus legitimamente indígenas, como o Museu Magüta da etnia Ticuna, que refletem uma tomada de consciência e a reafirmação da identidade dessas populações e do campo museal.

Palavras-chave: museu indígena. museu etnográfico; Museu Magüta; patrimônio cultural indígena.

MAGÜTA MUSEUM

the leading Brazilian indigenous museum and indigenous cultural heritage

Abstract

The current construction of museum processes specific to indigenous peoples gains space in the face of colonialist discourses permeated for a long time in ethnographic museums. A literature review is presented, combined with the analysis of other sources on ethnographic museums, indigenous peoples and Brazilian indigenous cultural heritage. Currently, indigenous museums seek to bring indigenous people closer to and participate, in addition to the emergence of legitimately indigenous museums, such as the Magüta Museum of the Ticuna ethnic group, which reflect an awareness and reaffirmation of the identity of these populations and the museum field.

Keywords: indigenous museum. ethnographic museum; Magüta Museum; indigenous cultural heritage.

¹ Professora Substituta do Curso Presencial de Biblioteconomia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Tutora do Curso EaD de Biblioteconomia CAPES/UaB/UFAM. Doutorado em andamento em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Ciências da Comunicação (UFAM). Graduada em Museologia (UNIASSELVI) e Biblioteconomia (UFAM). Interesse em Organização e Representação da Informação; Indexação e Sistemas de Organização do Conhecimento; Competência em Informação; Leitura; Informação, comunidades e tecnologia; Tecnologia da Informação; Normalização Documentária; Patrimônio Cultural, Museologia e Museus.

² Graduada em Licenciatura Plena em Letras pela Universidade Federal do Amazonas (1995). Tanto mestrado (2011) quanto doutorado (2021) são cursados em um programa interdisciplinar, no Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia.



Esta obra está licenciada sob uma licença

Creative Commons Attribution 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0).

MUSEO MAGÜTA

el museo indígena brasileño progono y el patrimonio cultural indígena

Resumen

La actual construcción de procesos museísticos propios de los pueblos indígenas gana espacio frente a los discursos colonialistas permeados durante mucho tiempo en los museos etnográficos. Se presenta una revisión de la literatura, combinada con el análisis de otras fuentes sobre museos etnográficos, pueblos indígenas y patrimonio cultural indígena brasileño. Actualmente los museos indígenas buscan acercar y participar a los pueblos indígenas, además del surgimiento de museos legítimamente indígenas, como el Museo Magüta de la etnia Ticuna, que reflejan una conciencia y reafirmación de la identidad de estas poblaciones y del museo campo.

Palabras clave: museo indígena. museo etnográfico; Museo Magüta; patrimonio cultural indígena.

1 INTRODUÇÃO

A ideia de que os brancos europeus podiam sair colonizando o resto do mundo estava sustentada na premissa de que havia uma humanidade esclarecida que precisava ir ao encontro da humanidade obscurecida, trazendo-a para essa luz incrível. Esse chamado para o seio da civilização sempre foi justificado pela noção de que existe um jeito de estar aqui na Terra, uma certa verdade, ou uma concepção de verdade, que guiou muitas das escolhas feitas em diferentes períodos da história (Krenak, 2020, p. 8).

Os museus etnográficos são historicamente fortes referências culturais e fontes de informação e de conhecimento, destacando a formação e os modos de vida do outro. Buscam em suas narrativas estabelecer conexões que permitam ao mundo moderno conhecer e assimilar a cultura de tais povos, disseminando conhecimentos e reafirmando sua identidade cultural. Seu surgimento estava alicerçado em visões coloniais, mas atualmente essa visão ganha nova configuração. A partir dessas transformações, as populações apresentadas passam a assumir seu local de fala e de representação junto a tais espaços, como no caso dos museus indígenas e da sua relação com as comunidades indígenas.

Esse artigo faz uma abordagem hermenêutica sobre os museus etnográficos, em especial os museus indígenas no Brasil e o patrimônio cultural, por meio da análise de perspectivas quanto ao envolvimento dos povos indígenas na musealização desses espaços, combinado à questão da valoração e da preservação do patrimônio cultural indígena, sobretudo o potencial caso do Museu Magüta pertencente a etnia Ticuna, localizado em Benjamin Constant, no estado do Amazonas (AM).

Nesse cenário, buscou-se apresentar parte da experiência ao longo dos mais de trinta anos de existência do Museu Magüta quanto a sua caracterização e legitimação como uma instituição museológica indígena, traçando, assim, uma breve reflexão quanto às diversidades e aos desafios dos museus indígenas no Brasil.

2 INDÍGENAS: ENTRE O PROCESSO HISTÓRICO DE OPRESSÃO E O DESCOLONIALISMO

Sabe-se que o processo de colonização deixou um rastro de sangue e condenou os povos nativos a uma sobrevivência de muita luta e resistência. Lutar quando não se consegue visibilidade nos meios de comunicação, nem nos campos políticos é um ato que requer esforço e insistência; resistir quando as forças da grande indústria invadem as terras, redirecionam os rumos do capital é ter consciência étnica, política e histórica.

Ao longo do processo histórico, a comunidade indígena de diversas etnias busca o reconhecimento dos seus espaços, não apenas geográficos, mas também culturais, simbólicos, históricos. Ter acesso aos espaços plurais significa ter visibilidade, poder contar a sua história, pois, como destaca Adichie (2019, p. 16): "[...] as histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada".

Sabe-se que muitos são os obstáculos enfrentados pelos indígenas, visto que negar a identidade e a pluralidade étnica, estabelecendo a comunidade indígena como única, os enfraquece. Essa foi e é uma estratégia do colonizador para se manter no posto hierárquico como dominante, como entende Marilene Corrêa da Silva:

O não reconhecimento da alteridade desses povos era, no plano político da colonização, a necessidade de submetê-los física, social e culturalmente como índios vencidos. As razões da expropriação de suas terras e de utilizá-los como escravos impôs ao colonizador as necessidades de generalizá-los, como uma unidade étnico-cultural inferior, e de subalternizá-los às condições de domínio e de manutenção das estruturas coloniais (Silva, p. 173, 2004).

Apesar de todo o peso colonizador, da extinção de diversas etnias e de línguas; mesmo na condição de subalternização a que foi submetido o indígena, muitas conquistas foram realizadas ao longo dos anos e a comunidade indígena, com toda a sua pluralidade, conseguiu se manter viva, organizada, atuante. Assim, confirma-se o pensamento de Silva: “Os súditos inferiores da colônia, transformados em cidadãos subalternos de origem nacional, ainda fariam a sua própria história. Ou, pelo menos, da História seriam, também, atores” (Silva, p. 153, 2004).

Samuel Benchimol (2009) estabelece 27 contribuições da herança cultural indígena-cabocla, dentre eles: profundo conhecimento dos ambientes em que vivem; práticas agrícolas; sistemas de caça e de pesca; construção de casas; artesanatos; culinária; rico acervo do imaginário; divulgação de bálsamos; preparo de raízes e tubérculos; conhecimento de ervas e plantas medicinais. Em síntese, “Etno e antropodiversidade que criaram dentro da própria Amazônia uma pluralidade de cultura, línguas e valores ameríndios que se diferenciavam em função do espaço, rio, floresta e heranças ancestrais e imemoriais” (Benchimol, 2009, p. 30).

Toda essa riqueza cultural se configura como uma consequência da resistência indígena, pois, cada vez mais, a partir das tecnologias de rede, temos subalternos que podem falar e ter existência sem que a voz do colonizador os defina. A visibilidade dessas nações indígenas chega aos poucos, com muitos rastros de sangue e de violência, mas, com passo

firmes, com consciência política, reafirmando identidades. Mbemebe (2019, p. 58) esclarece que:

Muito rapidamente, descobriu-se, no entanto, que a reconstituição de um sujeito dotado de um rosto, uma voz e um nome próprios não era simplesmente uma tarefa prático-política. Ela pressupunha um enorme trabalho epistemológico e até estético. Pensava-se que para se libertar de uma vez por todas da alienação colonial e para se curar dos ferimentos causados pela lei da raça era preciso conhecer a si mesmo. O conhecimento de si e a preocupação renovada consigo mesmo tornaram-se, desde então, as condições preliminares para se libertar dos esquemas mentais, discursos e representações que o Ocidente havia empregado para roubar a ideia de futuro.

Assim é que os museus, dentre diversos mecanismos de reafirmação cultural, serão um veículo para recontar a história indígena com vozes indígenas, para recontar a história e descolonizar pensamentos eurocêntricos, para redimensionar as formas de pensar a existência das comunidades étnicas e plurais dos indígenas brasileiros.

3 MUSEUS ETNOGRÁFICOS E COMUNIDADES INDÍGENAS

“Objetos etnográficos” e “objetos da sociedade”, assim, muitas vezes, são rotulados os objetos pertencentes a acervos em museus, ou seja, uma delimitação do etnográfico como algo fora ou periférico à sociedade. Visto que a definição de etnografia se dá como o estudo e a descrição da cultura de um povo, tais como crenças, tradições e demais processo de interação social (Mattos, 2011), tal assertiva não impõe uma presunção de soberania a determinada cultura ou povo, porém é comum o condicionamento de tais acervos como uma representação da excentricidade e/ou das curiosidades sobre determinados grupos, povos, raças, propondo um diálogo entre a sociedade desenvolvida e uma outra cultura tida como primitiva (Pereira, 2012). Por esse modo de pensar, os museus etnográficos seriam uma fonte de comparação entre hierarquias, entre os “objetos do outro”, um modo de vida desconhecido e a realidade do visitante enquanto observador de sua própria cultura.

Basicamente os acervos etnográficos estão associados aos objetos que representam a cultura (ou parte dela) de um determinado grupo social. Por vezes, esses objetos são compreendidos como uma representação dissociada da sociedade moderna, involuído ou à margem do que se considera desenvolvimento.

Ao longo das últimas décadas, os museus conquistaram uma significativa visibilidade e representatividade no cenário político nacional, seja nos espaços de produção, seja na comunicação científica, aliados ao fortalecimento do progresso e da cidadania (Andrade; Silva, 2017). Todavia, boa parte dos museus ainda se distanciam da perspectiva etnográfica,

em especial das populações indígenas, mesmo quando essas populações são originárias e responsáveis por uma grande parcela da construção cultural e social nacional.

Os museus etnográficos têm o significativo papel de atuar na transmissão de conhecimentos e de saberes que fundamentam a cultura de povos tradicionais, bem como devem propor reflexões críticas quanto ao fortalecimento da identidade cultural deles. Ademais, esses museus são importantes fontes de consulta dos estudos antropológicos e de diversas áreas, em especial das ciências humanas, ampliando as possibilidades de estudos e pesquisas sobre a história humana e suas culturas (Velthem, 2012).

Importante destacar a musealização, enquanto “[...] conjunto de processos seletivos de caráter infocomunicacional baseados na agregação de valores a coisas de diferentes naturezas às quais é atribuída a função de documento, e que por esse motivo tornam-se objeto de preservação e divulgação” (Loureiro, 2016, p. 101) como fator importante na construção do museu etnográfico, pois a origem de alguns objetos é de caráter peculiar, já que não são produzidos com o intuito de exposição, como é caso das obras e produções de arte encontradas rotineiramente nos museus deste segmento. Objetos etnográficos são fruto do cotidiano de uma cultura, são parte da identidade e da trajetória de tais comunidades, portanto, estão carregados de simbologia e significados que, em muitos casos, não se moldam aos processos tradicionais de musealização.

Nessa direção, Abreu (2015) destaca a dinâmica que intitula como “Patrimonialização das diferenças”, termo que designa o fenômeno liderado pela UNESCO, na crescente atenção direcionada à singularidade ou à especificidade no tratamento aplicado aos bens patrimoniais.

Dessa forma, destaca-se a necessidade da discussão em torno do papel dos museus indígenas e da sua função social, tendo como aspecto central as preocupações acerca dos objetos, considerando as fronteiras entre as práticas utilizadas em museus (oriundas de metodologias científicas) e as práticas próprias dos grupos que produziram os objetos etnográficos. Como fruto dessa perspectiva, encontram-se em desenvolvimento ações colaborativas entre os museus e as comunidades representadas.

Um exemplo é o Museu do Índio vinculado à Fundação Nacional do Índio (Funai), cuja proposta é uma “curadoria compartilhada”, que consiste no estudo de coleções, práticas de restauro e conservação de objetos, bem como os projetos expositivos de museus etnográficos e arqueológicos são elaborados a partir da colaboração entre representantes de diversas comunidades, curadores e demais especialistas (Françoze; Broekhoven, 2017) em conjunto com as comunidades indígenas, pautada na valorização, preservação e divulgação do patrimônio cultural dos povos indígenas do Brasil (Brasil, 2023).

Menciona-se, também, como exemplo do envolvimento dos povos indígenas nos processos museais, o Museu Paraense Emílio Goeldi que entre suas diversas coleções dispõe de uma coleção etnográfica que representa 119 populações ameríndias que vivem no Brasil e no Peru, além de coleções de populações tradicionais amazônicas e outras, ainda, do Suriname e da África Central (Velthem *et al.*, 2017).

Apesar destas iniciativas, parte dos museus indígenas ainda reflete uma realidade destoante dos exemplos mencionados, pois evidencia em suas rotinas uma grande distância quanto à participação dos povos indígenas em seus processos museais, limitados ao colecionamento, por vezes silenciando as concepções e a natureza material e simbólica dos objetos para seus povos produtores (Gomes, 2014).

Quanto à salvaguarda de tais acervos, outro ponto a ser considerado é a dimensão sociopolítica junto ao patrimônio cultural, haja vista que compreender a importância do desenvolvimento de um conjunto de métodos e técnicas que atendam ao caráter formal da instituição museal e, ao mesmo tempo, dialoguem com os povos indígenas, é fundamental, não somente nas exposições, mas também nas práticas de preservação e custódia desses objetos. Conforme aponta Velthem (2012), museus indígenas, quando se abrem ao diálogo intercultural, alcançam um arranjo multifacetado em seus fazeres técnicos e políticos. O reconhecimento e a valorização do patrimônio cultural indígena em sua diversidade de saberes e formas traz à luz múltiplos caminhos para musealização desses acervos, possibilitando conexão e partilha de conhecimentos a serem transmitidos.

7

4 MUSEUS E PATRIMÔNIO CULTURAL INDÍGENA

Formado pelos bens materiais ou imateriais (Bens materiais são tangíveis, tais como monumentos, prédios, objetos tridimensionais entre outros. Os bens imateriais dizem respeito ao intangível, são expressões simbólicas e culturais: formas de expressão, saberes, costumes etc.) que formam a identidade de um povo simbolizando sua cultura e testemunhando sua trajetória, o patrimônio cultural representa importante parcela no reconhecimento e na valorização das tradições e da memória de uma cultura. Nesse sentido, o patrimônio cultural indígena diz respeito ao legado cultural dos povos indígenas, reconhecido como parte relevante do patrimônio cultural nacional. O Iphan aponta que o legado cultural dos povos indígenas carrega representações e significados que reverberam diretamente na formação da identidade cultural brasileira (Iphan, 2015).

Dito isso, compreende-se que o patrimônio cultural está conectado diretamente aos processos de memória, englobando não somente objetos materiais, como também múltiplos fatores como indivíduos, comunidades, política, lugares e, até mesmo, o tempo. A valorização e proteção do patrimônio cultural indígena é apontada pela ONU como indispensável para o desenvolvimento humano, sendo um patrimônio comum da humanidade, por isso busca sensibilizar os Estados membros em ações e políticas que promovam a diversidade e a criatividade cultural.

A *Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas* (ONU, 2007) estabelece parâmetros mínimos para a elaboração de instrumentos internacionais e de leis nacionais que promovam a melhoria das relações dos Estados nacionais com povos indígenas, tendo como princípios a igualdade de direitos, autodeterminação e a proibição de discriminação, além de evidenciar o direito a manter suas culturas:

Os povos indígenas têm o direito de manter, controlar, proteger e desenvolver seu patrimônio cultural, seus conhecimentos tradicionais, suas expressões culturais tradicionais e as manifestações de suas ciências, tecnologias e culturas, compreendidos os recursos humanos e genéticos, as sementes, os medicamentos, o conhecimento das propriedades da fauna e da flora, as tradições orais, as literaturas, os desenhos, os esportes e jogos tradicionais e as artes visuais e interpretativas. Também têm o direito de manter, controlar, proteger e desenvolver sua propriedade intelectual sobre o mencionado patrimônio cultural, seus conhecimentos tradicionais e suas expressões culturais tradicionais (ONU, 2007, p. 16).

8

Em conjunto a essa assertiva, a ONU destaca ainda o compromisso dos Estados em promover medidas que assegurem o reconhecimento e a proteção do exercício das comunidades indígenas quanto a tais direitos.

No Brasil, esse cenário se reflete em ações de reconhecimento e salvaguarda de bens culturais indígenas registrados pelo Iphan, tais como a *Arte Kusiwa*, que consiste em um sistema de representação gráfica (pintura corporal e arte gráfica) próprio dos povos indígenas Wajãpi, do Amapá; o *Ritual Yaokwa do Povo Indígena Enawene Nawe*, a mais importante celebração realizada pelos Enawene Nawe, que habitam uma única aldeia localizada no estado do Mato Grosso; a *Cachoeira de Iauaretê*, local sagrado, localizado na região do Alto Rio Negro, distrito de Iauaretê, município de São Gabriel da Cachoeira (AM), um lugar de referência fundamental para as dez comunidades indígenas multiculturais que habitam a região banhada pelos rios Uaupés e Papuri; a **Ritxòkò, envolve a expressão artística e cosmológica do Povo Karajá de saberes e práticas associados aos Modos de Fazer Bonecas Karajá** com motivos mitológicos, de rituais, da vida cotidiana e da fauna, são importantes instrumentos de socialização das crianças, uma vez que as bonecas representam cenas do cotidiano e dos ciclos rituais e o modo de ser dos Karajá; e o **Tava, lugar de**

referência para o povo Guarani-Mbyá, sítio histórico que abriga vestígios construídos em pedra localizado em São Miguel das Missões (RS), local onde viveram seus antepassados durante a Redução Jesuítico-Guarani (Iphan, 2015).

Ainda como exemplo, menciona-se o dossiê *O Protagonismo Indígena e Museu - Abordagens e Metodologias*, publicado pela Revista *Museologia & Interdisciplinaridades* em 2021, a qual reúne 18 artigos que retratam o protagonismo indígena em espaços museais, difundindo, assim, a participação de indígenas e suas comunidades no processo colaborativo de curadoria dos museus (Cury, 2021).

Ademais, observam-se diversas experiências dos museus indígenas e suas coleções, formadas, em sua maioria, pela reunião de bens etnográficos e arqueológicos que buscam promover o acesso e a democratização ao patrimônio e à memória cultural dessas comunidades. Tais espaços refletem conquistas de atuação e articulação dos povos indígenas no campo do patrimônio cultural nacional, bem como a crescente tendência de “indenização dos museus”, processo que consiste na ação dos indígenas junto às instituições museológicas, resultando no “reconhecimento do direito soberano à autorrepresentação, à propriedade e à administração dos seus próprios saberes e tradições, exercendo, portanto, seu direito à identidade, a terra, ao passado, à história e à memória” (Roca, 2015, p. 142).

Nessas experiências, existem os museus indígenas que surgem por articulação da comunidade indígena, no seio das conexões e vivências dos indígenas, como o Museu Magüta, primeiro museu genuinamente indígena do Brasil (Brasil, 2022). Tais museus possuem sua singularidade por serem criados e administrados de acordo com as práticas determinadas por seus fundadores, constituindo-se integralmente como patrimônio cultural indígena.

5 MUSEU MAGÜTA: PRÓGONO DOS MUSEUS INDÍGENAS BRASILEIROS

Criado em 1982, por iniciativa da etnia Ticuna, o Museu Magüta está localizado em Benjamin Constant (AM), município que teve seu início por volta do século XVIII, nos arredores do Rio Javari, um dos afluentes do Rio Solimões, local originariamente habitado pelos índios Tikuna e posteriormente fundada pelos jesuítas a Aldeia do Javari (Prefeitura de Benjamin Constant, 2016).

Atualmente Benjamin Constant tem a população estimada em 44.873 habitantes, em uma área de 8.695,391km² e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDMH) em 0,574 (IBGE, 2021). Distante 1119 km da capital Manaus (AM), o acesso ao município

ocorre somente por via fluvial, em viagens que saem de Manaus e duram aproximadamente 12 dias, ou saindo do município de Tabatinga (AM) com uma viagem de cerca de 3h.

A história do Museu Magüta tem início em 1985, com a fundação do "Centro de Documentação e Pesquisa do Alto Solimões: Magüta" que tinha por objetivo apoiar o fortalecimento da cultura Tikuna. É consolidado em 1991 pelo **Conselho Geral das Tribos Tikuna** (CGTT) como Museu Magüta, sendo, portanto, o primeiro museu nacional criado e administrado por indígenas (Brasil, 2022). O museu atua como centro de referência da cultura Ticuna, o mais numeroso dos povos indígenas na Amazônia brasileira, cerca de 47 mil indígenas distribuídos em regiões do Alto e Médio Solimões, na cidade de Manaus e ainda em comunidades no Peru e na Colômbia (IBGE, 2012). Nas proximidades de Benjamin Constant estão demarcadas 15 terras indígenas Ticuna.

Conforme destaca Gomes (2019, p. 88), o Museu Magüta tem seu surgimento alicerçado nas lideranças do povo Ticuna e contou com o apoio de “[...] antropólogos e indigenistas, em um contexto de forte mobilização, violência, preconceito e conflito, como uma ferramenta de apresentação pública dos Tikuna perante a sociedade amazonense”. O termo *Magüta* refere-se a uma das nomenclaturas do povo Ticuna/Tikuna, que identifica e reforça as origens do museu indígena, surgindo como resistência da luta Ticuna pela conquista e manutenção de seus direitos, pois durante décadas lutaram contra madeireiros e posseiros que invadiram suas terras e massacraram vidas indígenas (Roca, 2015).

Por ser criado e mantido pela comunidade indígena, a gestão do museu bem como todos os processos museológicos foram exclusivamente desenvolvidos pelos Ticunas a partir de seus saberes. O acervo é formado por objetos tridimensionais, registros audiovisuais, documentação, fotografias e gravuras produzidos pelos Ticunas e reunidos ao logo dos anos de atividade do museu. Dessa forma, desenvolve-se integralmente envolto à participação direta da comunidade indígena: produção, administração, salvaguarda, divulgação, comunicação e expografia (Museu Magüta, 2021).

Entre os processos museológicos desenvolvidos pelos Ticunas, destaca-se a forma de classificação das peças: objetos sagrados, objetos do cotidiano e objetos para venda. A singular expografia do museu se inicia com o mito fundador da humanidade pela visão Ticuna, sendo narrada, ao longo da exposição, a trajetória, as memórias e as peculiaridades do povo Ticuna ao longo do tempo. Pinturas antigas e contemporâneas, bem como esculturas e artesanatos produzidos pelos indígenas, intercalados com fotografias e outros registros produzidos por pesquisadores e viajantes, compõem a expografia do museu Ticuna (Pinto, 2008; Museu Magüta, 2021). Além do acervo museológico, a instituição conta com um

acervo bibliográfico bilíngue Português - Ticuna, criado com o intuito de atender ao povo Ticuna, bem como apoia a formação de professores indígenas bilíngues (Civallero, 2008).

Quanto à comunicação, o museu conquistou espaço frente à tecnologia e dispõe de site institucional que atende as principais demandas de acesso à informação sobre seu histórico, administração e funcionamento, com destaque ao serviço de como chegar ao museu, orientando as principais rotas de acesso ao município de Benjamin Constant, além de disponibilizar o acompanhamento local para chegar ao endereço. Observa-se, também, no site do museu, a iniciativa de virtualização do acervo, ainda em implantação. O espaço será destinado a objetos, fotografias, desenhos, músicas, publicações dos Ticunas, publicações sobre os Ticunas e publicações sobre museus indígenas (Museu Magüta, 2021).

O museu se faz presente nas redes sociais, com destaque a conta no facebook com cerca de três mil seguidores, na qual são postadas frequentemente atualizações quanto às ações e às parcerias desenvolvidas, às campanhas sociais e às demais informações vinculadas ao museu, ao patrimônio cultural indígena e à comunidade local (Museu Magüta, 2022).

O Museu Magüta é exemplo potencial de luta, união e persistência indígenas, pois em suas três décadas de história construiu um forte legado frente às ameaças e às dificuldades. Em 2018, o museu enfrentou graves problemas de infraestrutura, vencidos graças ao apoio e às parcerias com instituições públicas, lideranças políticas do município e a união de forças da comunidade (Museu Magüta, 2018). No mesmo ano, a Prefeitura Municipal de Benjamin Constant, por meio da Lei Municipal N. 1.290/2018 tombou o Museu Magüta como patrimônio municipal por sua utilidade pública, pois se trata de “[...] instituição de importância ímpar para a Preservação, Promoção e Salvaguarda do Patrimônio Histórico, Cultural e Artístico do Povo Indígena Tikuna” (Benjamin Constant, 2018, p. 12). A iniciativa contou com articulação de Marco Targino, então membro da Funai (Brasil, 2022).

O museu mantém a venda do artesanato Ticuna e as ações diversas para sua subsistência econômica, como o Café Regional com culinária nativa dos Ticunas, realizado na área externa do museu; no chapéu de palha, o espaço também é destinado a reuniões e a outros eventos da comunidade (Museu Magüta, 2020). Atualmente o museu vem consolidando parcerias com instituições de ensino e pesquisa, que fortalecem os investimentos e o desenvolvimento do museu, além de promoverem a educação patrimonial e a reafirmação da identidade indígena dos Ticunas junto à sociedade.

6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo apresenta uma análise sobre museus etnográficos, em especial museus indígenas, quanto aos conceitos, definições e aplicações de tais realidades em acervos museológicos. De natureza bibliográfica e documental, a pesquisa busca tecer uma análise das práticas relacionadas aos objetos museológicos que compõem esses acervos, tendo em vista também as perspectivas dos povos que produzem tais objetos etnográficos. Para tal, toma-se como base os estudos de Mattos (2011), Pereira (2012) e Andrade e Silva (2017) que norteiam a compreensão contextual dos acervos etnográficos e sua relação com os grupos representados.

No campo das relações entre museus e povos indígenas, citam-se os trabalhos de Velthem (2012), Velthem *et al.* (2017), Gomes (2014) e Françoze e Broekhoven (2017). No que tange ao patrimônio cultural indígena e aos museus, foram utilizadas perspectivas apontadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Quanto às fontes informacionais sobre o Museu Magüta, foram utilizados o site institucional e as redes sociais do museu (2018, 2021, 2022), os sites da Funai (Brasil, 2021, 2022), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e os estudos de Roca (2015) e Pinto (2008) que direcionaram as questões acerca do histórico e da atuação do museu ao longo de suas três décadas de existência.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os museus foram desde sempre importantes ferramentas na construção e no fortalecimento da identidade e do patrimônio cultural das nações. Tais instituições buscam constantemente reformular suas narrativas e promover o aprofundamento da realidade ali representada. No caso das populações indígenas, tais museus buscam o fortalecimento de seus discursos junto aos indígenas, visto que estes, em muitos casos, não têm acesso a tais instituições e, por sua vez, não se veem ali representados, ou até mesmo se encontram em uma perspectiva decolonialista quanto à representação de suas culturas e processos históricos.

Museus indígenas carregam em si a natureza etnográfica, portanto transmitem conhecimentos que precisam estar adequados às práticas e aos interesses que procuram retratar. Par que isso aconteça, emerge a perspectiva dos museus que desenvolvem uma curadoria junto aos povos indígenas, reformulando sua musealização e adotando uma postura de valorização e reafirmação da identidade indígena.

O Museu Magüta aqui retratado exemplifica a aplicabilidade dos processos de indigenização nos museus. Criado em um contexto de luta e resistência dos Ticunas, o museu foi pensado como forma de registrar sua trajetória e sua cultura pelo olhar dos indígenas, de forma nativa, sem intervenção ou interesse da perspectiva colonizadora. Ao longo de sua existência, o museu passou por diversas fases e contou com apoio e parcerias que solidificaram sua experiência no campo museal e social. Apesar das evidentes dificuldades de acesso geográfico, uma realidade de boa parte dos municípios do Amazonas nos quais o acesso se dá somente por via fluvial, o museu consegue manter a comunicação e a divulgação de suas ações.

Foi possível observar durante a pesquisa que o museu atualiza constantemente o site institucional e sua página no facebook, inclusive durante o período pandêmico. Ademais, verificou-se que dispõem de vários canais de contato com a administração do museu, o que mostra uma postura de compromisso e interesse com as demandas da sociedade. Conforme exposto anteriormente, o site institucional apresenta informações acerca do: histórico, funcionamento administrativo, atendimento ao público, além do detalhamento de orientações para acesso ao município de Benjamin Constant e do museu.

Mediante o exposto, são evidentes o desempenho e o poder de articulação dos Ticunas no que tange à história do museu, sobretudo no resultado de suas conquistas na construção de seu legado e da igualdade de direitos. O Museu Magüta é símbolo de apropriação e consciência indígena, um exemplo da força que existe na multiplicidade de culturas e saberes. Muito além de pensar uma exposição, o Museu Magüta adota uma visão de integração com a sociedade, mantendo sua proposta originária e fortalecendo a representatividade e a preservação do patrimônio cultural indígena nacional. Assim, verdades podem ser redimensionadas e a história pode se estender para além do que conta o colonizador.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. 2015. Patrimonialização das diferenças e os novos sujeitos de direito coletivo no Brasil. *In*: Tardy, C.; Dodebei, V. (coord.). **Memória e novos patrimônios**. Marseille, FR: OpenEdition Press, 2015. Disponível em: <http://reginaabreu.com/site/images/attachments/capitulos/oep-417.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2024.

ADICHIE, C. N. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ANDRADE V. L.; SILVA, L. M. R. **Museu, espaço de vivência e construção da cidadania**. Pampulha, BH/MG: Programa Pensar a Educação, [2017]. Disponível em: <https://pensaraeducacao.com.br/pensaraeducacaoempauta/museu-espaco-de-vivencia-e-construcao-da-cidadania/>. Acesso em: 16 jun. 2024.

BRASIL. Fundação Nacional dos Povos Indígenas. **O Museu Nacional dos Povos Indígenas**. Brasília, DF: Funai, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/museu-do-indio>. Acesso em: 27 dez. 2023.

BRASIL. Fundação Nacional dos Povos Indígenas. **Museu Magüta: o primeiro museu genuinamente indígena do Brasil**. Brasília, DF: Funai, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2021/museu-maguta-o-primeiro-museu-genuinamente-indigena-do-brasil>. Acesso em: 19 jun. 2024.

BENCHIMOL, S. **Amazônia: formação social e cultural**. Manaus: Valer, 2009.

CIVALLERO, E. **Bibliotecas indígenas en América Latina: revisión bibliográfica y estado actual de la cuestión**. Córdoba: Wayrachaki, 2008. Disponível em: <http://beta.acuedi.org/storage/books/pdf/11321.pdf>. Acesso em: 2 maio 2024.

BENJAMIN CONSTANT (AM). Prefeitura Municipal de Benjamin Constant. Lei Municipal nº 1.290/2018. Dispõe sobre a preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Artístico que representa o Museu Magüta, localizado em Benjamin Constant-AM, para o povo indígena Tikuna, e dá outras providências. **Diário Oficial [dos] Municípios do Estado do Amazonas**: Amazonas, ano X, n. 2268, p. 12, 2018.

FRANÇOZO, M.; BROEKHOVEN, L. V. Dossiê “Patrimônio indígena e coleções etnográficas”. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 12, n. 3, p. 709-711, set./dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/FSddyxfvDDfDvy9tvy8whrC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 dez. 2023.

GOMES, A. O. **Museus indígenas, mobilizações étnicas e cosmopolíticas da memória: um estudo antropológico**. 2019. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/36806/1/TESE%20Alexandre%20Oliveira%20Gomes.pdf>. Acesso em: 5 maio 2024.

GOMES, A. O. Por uma antropologia dos museus indígenas: práticas de colecionamento, categorias nativas e regimes de memória. *In*: 29. REUNIÃO BRASILEIRA DE

ANTROPOLOGIA, 29., 2014, Natal/RN. **Anais** [...]. Disponível em: [http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1402880959_ARQUIVO_TextocompletoPorumaantropologiadospalmeirasindigenas\(GT62\).pdf](http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1402880959_ARQUIVO_TextocompletoPorumaantropologiadospalmeirasindigenas(GT62).pdf). Acesso em: 27 dez. 2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Bens culturais indígenas enriquecem o patrimônio brasileiro**. IPHAN, 2015. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/1905/bensculturais-indigenas-enriquecem-o-patrimonio-brasileiro>. Acesso em: 27 dez. 2023.

IBGE. **Benjamin Constant (AM)**. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/am/benjamin-constant.html>. Acesso em: 27 dez. 2023.

IBGE. **Censo 2010**: população indígena é de 896,9 mil, tem 305 etnias e fala 274 idiomas. 2012. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?busca=1&id=3&idnoticia=2194&view=noticia>. Acesso em: 27 dez. 2023.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LOUREIRO, M. L. N. M. Reflexões sobre Musealização: processo informacional e estratégia de preservação. *In*: SEMINÁRIO SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO EM MUSEUS-COLECIONAR E SIGNIFICAR: DOCUMENTAÇÃO DE ACERVOS E SEUS DESAFIOS. 3., 2016. **Anais** [...]. Disponível em: <http://biblioteca.pinacoteca.org.br:9090/bases/biblioteca/322800.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2023.

MATTOS, C. L. G. A abordagem etnográfica na investigação científica. *In*: MATTOS, C. L. G.; CASTRO, P. A. (org.). **Etnografia e educação**: conceitos e usos. Campina Grande: EDUEPB, 2011. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/8fcfr/pdf/mattos-9788578791902-03.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2023.

MBEMBE, A. **Sair da grande noite**: Ensaio sobre a África descolonizada. Tradução: Fábio Ribeiro. Petrópolis: Vozes, 2019.

MUSEU MAGÜTA. **Café da manhã regional do Museu Magüta**. 29 fev. 2020. Facebook: [museumagüta](https://www.facebook.com/560591093959134/photos/a.1920736101277953/3069250763093142/). Disponível em: <https://www.facebook.com/560591093959134/photos/a.1920736101277953/3069250763093142/>. Acesso em: 22 jun. 2024.

MUSEU MAGÜTA. **Comunicado**. 15 maio 2028. Facebook: [museumagüta](https://www.facebook.com/560591093959134/photos/a.1920736101277953/1920736071277956). Disponível em: <https://www.facebook.com/560591093959134/photos/a.1920736101277953/1920736071277956>. Acesso em: 22 jun. 2024.

MUSEU MAGÜTA. **Magüta o primeiro museu indígena do Brasil**. 4 jul. 2022. Facebook: [museumagüta](https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=pfbid0c6YYinLUiJABwY4d7MMRfsnXcX9EB82Q1SDLxw62Th2qcWRxcL1yssG4aEs6V4Vhl&id=560591093959134). Disponível em: https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=pfbid0c6YYinLUiJABwY4d7MMRfsnXcX9EB82Q1SDLxw62Th2qcWRxcL1yssG4aEs6V4Vhl&id=560591093959134. Acesso em: 22 jun. 2024.

MUSEU MAGÜTA. **Quem somos**. 2021. Disponível em: <https://museumaguta.artedigital.rio/#historia>. Acesso em: 2 jun. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas**. Rio de Janeiro: Nações Unidas, 2008. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Declaracao_das_Nacoes_Unidas_sobre_os_Direitos_dos_Povos_Indigenas.pdf. Acesso em: 19 jun. 2024.

PEREIRA, M. O papel social do museu etnográfico. *In*: Asensio, M.; Pol, E.; Asenjo, E.; Castro, Y. (eds.). **SIAM: Series de Investigación Iberoamericana en Museología**. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, 2012. p. 73-85. Series Iberoamericanas de Museología. v. 4. Disponível em: https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/8971/3/Nuevos%2Bmuseos%2Bnuevas%2Bsensibilidades_Desafios%2Bda%2BDiversidade%2BCultural%2Bnos%2BMuseus%2Bdo%2BSec%2BXXI.pdf. Acesso em: 13 jun. 2024.

PREEITURA MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT. **Histórico**. 2016. Disponível em: <https://benjaminconstant.am.gov.br/pagina/id/2/?historia-do-municipio.html>. Acesso em: 20 jun. 2024.

PINTO, M. C. O. B. S. Visitando o Museu Magüta. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n.18, p. 287-297, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/89841/92632>. Acesso em: 27 dez. 2023.

ROCA, A. Acerca dos processos de indigenização dos museus: uma análise comparativa. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 123-155, 2015. DOI <http://dx.doi.org/10.1590/0104-93132015v21n1p123>. Acesso em: 13 jun. 2024.

SILVA, M. C. **O Paiz do Amazonas**. Manaus: Valer; Governo do Estado do Amazonas; UNINORTE, 2004.

VELTHEM, L. H.; KUKAWKA, K.; JOANNY, L. Museus, coleções etnográficas e a busca do diálogo intercultural. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 12, n. 3, p. 735-748, set.-dez. 2017. DOI <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222017000300004>. Acesso em: 13 jun. 2024.

VELTHEM, L. H. O objeto etnográfico é irreduzível? Pistas sobre novos sentidos e análises. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 7, n. 1, p. 51-66, jan./abr. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/xYrSMkw9N7hnkyhxDkMY3gt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 dez. 2023.

XAVIER, M. C. O Protagonismo Indígena e Museu: abordagens e metodologias. **Museologia & Interdisciplinaridade**. Brasília, DF, v. 10, n. 19, p. 14-21, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/38267>. Acesso em: 17 maio 2024.